

## Os Huni Kuin entre o regime do seringal e o regime tutelar

*The Huni Kuin between the rubber regime and the regime of tutelage*

*Los Huni Kuin entre el régimen de la plantación de goma y el régimen de tutelaje*

Maria Ariádina Cidade Almeida<sup>1</sup>  
Teresa Almeida Cruz<sup>2</sup>

### Resumo

Desde fins do século XIX as populações indígenas do Acre foram tratadas como empecilho na extração da borracha, ou “ouro negro” como ficou conhecida. Os exploradores visando expulsar para longe os indígenas de seus próprios territórios e tornar estas terras colocações de seringais, organizavam expedições punitivas chamadas correrias, que consistia na matança de indígenas, com a captura de mulheres e crianças. As populações que sobreviveram a este morticínio permaneceram nos seringais como trabalhadores de um sistema que não apenas explorava a sua mão de obra, como também censurava toda forma de expressão cultural. Assim os indígenas atravessaram dois regimes o seringal, e o regime de tutela das políticas indigenistas, inicialmente como Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois como Fundação Nacional do Índio (Funai). Na perspectiva do pensamento decolonial este trabalho procura evidenciar a agência indígena na superação da tutela no seringal e nas negociações políticas com a Funai que os Huni Kuin utilizaram para conquistar seu território. As fontes utilizadas são arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI) que pertencem ao projeto Memórias Reveladas.

Palavras-chave: Acre; Agência Indígena; Huni Kuin.

### Abstract

Since the late nineteenth century native people from Acre have been seen as hindrances to rubber extraction, or “ouro negro” (black gold) as it has been known. Farmers aiming to expel the natives from their own land and to take the rubber plantations, organized punitive expeditions called “correrias”, which consisted in the killing of the natives, and the capture of women and children. People who survived this slaughter remained in the rubber plantation as workers of a system that not only exploited their workforce, but also censured all forms of cultural expression. Thus the natives went through two regimes: the rubber and the tutelage of native policies, initially as “Serviço de Proteção ao Índio” (SPI) – Indian Protective Service - and then as “Fundação Nacional do Índio” (Funai) –National Indian Foundation. In the light of decolonial thinking, this paper seeks to evince the overcoming of tutelage in rubber plantations and in the political negotiations with Funai as a native agency attempted by the Huni Kuin in order to regain their territory. The sources used are the files from “Serviço Nacional de Informação” (SNI) – National Intelligence Service – belonging to the project “Memórias Reveladas” (a project that aims to gather information about recent events in Brazilian political history).

Keywords: Acre; Native Agency; Huni Kuin.

### Resumen

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFAM, professora da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil; [almeida.ariadina@gmail.com](mailto:almeida.ariadina@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em História Cultural pela UFSC, professora da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil; [teresa.almeida.cruz@gmail.com](mailto:teresa.almeida.cruz@gmail.com).

Desde finales del siglo XIX las poblaciones indígenas de Acre fueron tratadas como obstáculo en la extracción de la goma de borrar, o lo "Oro negro" como se quedó conocida. Los exploradores objetivando expulsar para lejos los indígenas de sus propios territorios y convertir estas tierras en las colocaciones de plantaciones de goma, organizaron expediciones punitivas llamadas correrías, que consistía en la matanza de indígenas, con la detención de mujeres y niños. Las poblaciones que sobrevivieron a este morticínio se quedaron en las plantaciones de goma como trabajadores de un sistema que no sólo exploraba su fuerza de trabajo, sino también censuraba cada forma de la expresión cultural. De este modo los indígenas cruzaron dos regímenes: la plantación de goma y el régimen de tutelaje de la política indigenista, inicialmente como Servicio de Protección para el Indio (SPI) y después como Fundación Nacional del Indio (Funai). En la perspectiva de la idea decolonial este trabajo busca demostrar la agencia indígena en el superación de la tutelaje en la plantación de goma y en las negociaciones políticas con Funai que los Huni Kuin usó para conquistar su territorio. Las fuentes usadas son archivos del Servicio Nacional de Informação (SNI) que pertenecen al Proyecto Memorias Reveladas.

*Palabras claves:* Acre; Agencia Indígena; Huni Kuin.

Os anos de 1990 foram particularmente importantes para o desenvolvimento da história indígena no Brasil, pois, os indígenas não apenas passaram a despertar de forma crescente o interesse de historiadores, como a forma de perceber suas ações em diversos contextos históricos também ganhava novas interpretações. É neste contexto que as ações e lutas das populações indígenas passaram a ser visibilizadas como agência histórica, cujo protagonismo e resistência se faziam presentes nos mais variados aspectos. Coincidentemente na América Latina um grupo de intelectuais<sup>3</sup> propôs uma crítica radical ao projeto de modernidade/colonialidade e apresentou o que ficou conhecido como “Giro decolonial”.

O giro decolonial tem como ponto de partida a crítica a colonialidade do poder, entendido como fundamento do sistema mundo moderno/colonial. A colonialidade do poder segundo Mignolo (2010) constitui-se numa grande matriz em que “o poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”, que resultaria numa tripla dimensão: do poder, do saber e do ser. Neste sentido, a colonização ao tentar subjugar as populações indígenas da América Latina não se realizou apenas por meio da implantação de instituições colonialistas, mas também por outros níveis de colonialidade como: do ser, do saber e de gênero.

Esta compreensão alargada da colonialidade nos permite deduzir que a colonialidade não se encerrou com o fim da colonização, pois, estando a colonialidade arraigada nas estruturas do estado, não houve a possibilidade de conciliação entre perspectivas étnicas distintas. O estado nacional no afã de almejar o ideário moderno de desenvolvimento baseado no progresso sufocou as minorias étnicas, tentando criar uma nação homogênea, assim como desconsiderou seus saberes e modos de vida.

---

<sup>3</sup> Destaca-se Enrique Dussel, Walter Mignolo, Anibal Quijano e Immanuel Wallerstein

Contudo, as releituras da história que buscam evidenciar as lutas e ações indígenas também podem ser inseridas neste “giro decolonial”, pois, se antes os indígenas apareciam como meros coadjuvantes das histórias nacionais, agora o que se procura mostrar é como a agência indígena esteve presente durante toda a história da colonização até os tempos atuais.

No caso dos indígenas brasileiros pode-se apontar a tutela como uma das heranças da colonialidade, constituindo-se num elemento de longa duração. A “longa duração” baseia-se na proposta elaborada por Braudel (1978), ao afirmar que todas as instâncias da vida social estão submetidas ao fluxo histórico, no entanto, algumas estruturas se movimentariam lentamente enquanto que outras tendem a se alterar rapidamente.

Pretende-se aqui salientar a reafirmação étnica e luta pelos territórios indígenas do povo Huni Kuin habitantes do estado do Acre, como tentativa de ruptura com o sistema de colonialidade. Para tanto, analisaremos o acervo do Projeto Memórias Reveladas, cujo arquivo é de suma importância para história brasileira uma vez que torna público e acessível, processos desconhecidos pela grande maioria e que foram ocultados pela ditadura civil militar.

## 1. O regime do seringal e o regime tutelar

Com a expansão da economia do látex os territórios indígenas do Acre foram invadidos e transformados em seringais produtivos para abastecer os mercados internacionais. Este processo custou a extinção de inúmeros povos que viviam naquela região, e colocou os sobreviventes sob um regime de trabalho escravo análogo. A modernidade eurocêntrica mostrava sua face dilacerante às populações locais, enquanto, paradoxalmente enchia os bolsos dos investidores que levavam demandas cada vez maiores aos administradores públicos<sup>4</sup>.

A colonização da Amazônia submeteu os indígenas de forma violenta ao controle do trabalho, recursos e produtos em torno da produção mercantil. Na Amazônia Sul Ocidental este processo se deu em fins do século XIX e durante quase todo o século XX. O seringal virou cativo para o indígena que perdeu o direito sobre o território tornando-se uma grande força de trabalho e impedido de viver sua cultura nas suas formas linguísticas, festas, rituais, pinturas artesanatos e agricultura.

---

<sup>4</sup> A economia do látex trouxe a euforia do progresso às principais cidades amazônicas como Belém e Manaus. A principal preocupação dos administradores locais era “vestir” a cidade aos moldes europeus, seja para satisfazer as demandas dos empresários estrangeiros e brasileiros ou para atrair novos investidores.

Toda produção agrícola passou a ser destinada ao usufruto dos donos de barracão, que para potencializar a extração do látex proibiam o seringueiro, indígena e não indígena de produzir para si. O indígena Edson Medeiros Ixã Kaxinawá descreve esta situação histórica:

No tempo do cativo, os índios trabalharam muito para o dono dos seringais. Alguns trabalharam como seringueiros. Outros trabalharam na diária, fazendo serviços: transportar borracha e mercadorias, varejar balsas de borracha, reabrir ramais, varadouros e estradas de seringa, colocar roçado para o patrão, caçar e pescar para abastecer o barracão (KAXINAWÁ, 1999, p. 103).

Então, os indígenas faziam todos os tipos de trabalhos, inclusive, sendo os principais provedores da alimentação do barracão, seja no fornecimento de peixes, caças e produtos agrícolas. Por isso que, Pacheco de Oliveira considera que, mesmo após o extermínio das correrias, os indígenas que sobreviveram e foram incorporados ao regime dos seringais continuaram sendo mão de obra essencial tanto para a extração da seringa quanto para as outras atividades produtivas comentadas acima, sobretudo, no que ele denomina de *seringais de caboclos*. Conclui analisando que, “se escaparam de um extermínio imediato, passaram a sofrer uma forma de escravidão ainda mais arbitrária e brutal do que aquela imposta aos seringueiros brancos, com profundas repercussões sobre a sua cultura, formas de sociabilidade e volume demográfico (OLIVEIRA, 2016, p. 178).

Logo após a assinatura do Tratado de Petrópolis e a organização do Território Federal do Acre, o governo contratou os “amansadores” ou “catequizadores” de índios, responsáveis por mediar os conflitos entre indígenas e seringalistas. E como continuidade deste trabalho o órgão indigenista da época Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), mais tarde Serviço de Proteção aos Índios (SPI) acabariam por nomear alguns dos principais patrões como “delegados de índios”, atribuindo-lhes o encargo de supervisionar os índios que viviam em suas propriedades e nas adjacências (IGLESIAS, 2008), aumentando mais ainda a autoridade e o domínio que estes patrões exerciam em relação aos indígenas.

O principal “catequista de índios” da história do Acre chamava-se Felizardo Avelino de Cerqueira, cearense, que, em 1904, aos 17 anos de idade, deixara sua terra natal, Vila Pedra Branca, com destino ao Acre, onde começou seu trabalho como seringueiro no rio Acuraua. Em 1905, seguiu para o seringal Cocameira, no baixo Tarauacá, para trabalhar como freguês de Ângelo Ferreira, em uma colocação de margem próxima ao sítio Lupuna (IGLESIAS, 2008, p. 192).

Ainda segundo Iglesias, um ataque de cinco índios a seu companheiro de colocação que foi flechado, mas não morreu, provocou a revolta dos demais fregueses que queriam planejar uma correria para se vingar dos índios. Entretanto, Felizardo Cerqueira fez outra proposta de fazer contato com os índios e tentar amansá-los. Enfrentou esse desafio, conseguiu capturar um índio com uma corda, trouxe-o para o barracão, onde foi bem tratado e recebeu ferramentas e espelhos como presentes. Depois de cerca de dois meses esse índio chamado Muru foi levado de volta para a sua aldeia, onde contou as novidades, mostrou os presentes e acabou convencendo os outros Katukina a estabelecer relações amigáveis com Ângelo Ferreira e trabalhar para ele em trocar de ferramentas e mercadorias. Em seguida, com a colaboração de Muru como intérprete, ele conseguiu a aproximação e “amansamento” dos Kapanawa.

Os êxitos desta primeira empreitada de “catequese” dos índios de Felizardo Cerqueira fizeram com que ele e seu patrão Ângelo Ferreira fossem solicitados pelo prefeito Thaumaturgo de Azevedo, em 1906, para a “catequese” dos índios da região a fim de abrir a estrada para ligar o seringal Cocameira à cidade Cruzeiro do Sul. Assim, utilizando o método descrito acima, eles conseguiram “catequisar” também os Yawanawá, Rununawa, Iskunawa e Kaxinawá nos rios Liberdade, Gregório e Tarauacá. Todavia, Felizardo Cerqueira ficou mais conhecido como o amansador dos Kaxinawá, pois após o assassinato de seu patrão Ângelo Ferreira ele foi trabalhar para outros patrões no Alto Juruá, onde acabou se especializando na “catequese” dos Kaxinawá. Após algumas migrações com grupos de Kaxinawa, Felizardo acabou se estabelecendo por um maior tempo no rio Jordão.

É importante destacar que “catequizar os índios” significava amansá-los na relação com os não-índios a fim de discipliná-los para o trabalho que interessava aos patrões. Entretanto, mesmo sendo “pacificados” os Kaxinawá souberam estabelecer relações com Ângelo Ferreira, Felizardo Cerqueira e outros patrões de forma que conseguiram preservar aspectos importantes de seus modos de vida. Neste sentido, o depoimento de Suero Sales Cerqueira Bane Kaxinawá retrata vários aspectos da vida dos Kaxinawá na relação com o patrão Ângelo Ferreira:

Ângelo Ferreira era patrão bom, porque gostava de viver como nós. Não deixava caicheiro e outro patrão fazer correria e matar os índios. Respeitava os nossos chefes. Agradava os índios, arrumava mercadoria. Os índios faziam todo tipo de serviço para Ângelo: trabalhavam no campo, abriam colocação, estrada de seringa, empicavam ramal, estrada de rodagem, varadouro, colocavam roçado, caçavam, pescavam, faziam transporte de mercadoria e de borracha. Os índios abriram também uma picada que ia da sede do seringal Cocameira, na beira do Tarauacá, até Cruzeiro do Sul. Eles trabalhavam muito, mas trabalhavam satisfeitos. Os índios

nunca tinham visto aquelas mercadorias que o Ângelo arrumava. Tratava bem o índio. Não empatava de colocar roçado, de pescar, de caçar, de fazer nossas festas (KAXINAWÁ, 1999, p. 107)

O “amansamento” dos Kaxinawá por parte destes personagens só foi possível devido a própria participação dos índios nestes acordos, pois, eles compreenderam que estar ao lado de determinados patrões poderia ser uma forma de assegurar sua sobrevivência e adquirir mercadorias. As mercadorias sempre despertaram o interesse e fascínio das populações indígenas representando um meio de conquista eficaz. Por outro lado, mesmo Ângelo Ferreira “tratando bem” os indígenas, respeitando os seus costumes - ao contrário da maioria dos patrões que proibiam aos indígenas todas as formas de expressões de sua cultura - explorava a força de trabalho dos indígenas em troca de mercadoria - considerando que eles não sabiam ler e nem escrever.

A narrativa de Norberto Sales Tene Kaxinawá, do rio Jordão, também expressa que, mesmo no regime dos seringais, os Huni Kuin conseguiam quebrar o esquema dominante:

Mesmo no tempo do cativo, os Huni Kuin do rio Jordão tinham seu próprio chefe, que era o meu pai, Alfredo Sueiro Sales Cerqueira, Bane, na nossa língua *hãtxakui*. Quando meu pai era menino, virou afilhado de fogueira da Marcolina, uma negra que tinha vindo do Piauí. Marcolina era dona de um pequeno seringal no Jordão, por nome de Fortaleza. Meu pai gostava muito dela. Ele cortava seringa e, junto com seus parentes, fazia muita borracha. Ele caçava veado, porco, queixada, anta, jabuti e dava para ele comer. Colocava roçado para ela.

Como era um rapaz muito esperto e trabalhador, Sueiro juntava muita borracha. Assim, começou a comprar a mercadoria em grosso: saco de sal, caixa de sabão, barril de pólvora, chumbo, peças de tecido, instrumentos de trabalho e os utensílios da seringa. Combinava com os seus parentes, irmãos, primos, cunhados e sobrinhos para trabalhar com ele. Com a borracha que produziam, o chefe Sueiro conseguia comprar mercadorias do patrão e dos marreteiros. Ele tinha conhecimento, pois sabia falar bem o português, só não sabia escrever, e era bom de matemática (KAXINAWÁ, 1999, p. 110-111).

Esta narrativa de Norberto Kaxinawá também mostra que no tempo do cativo, os Huni Kuin tinham os seus chefes, que, nesse caso do Jordão, é o seu próprio pai que possuía uma forte liderança para organizar o trabalho de seus parentes aumentando a produtividade da borracha a fim de negociar melhores preços seja com patrões ou regatões<sup>5</sup>. Aqui temos outra quebra do regime dos seringais que proibia os seus fregueses de comercializar com os regatões. Além disso, Alfredo Cerqueira, ainda dominava bem a língua portuguesa e aprendeu a fazer contas para não ser enganado pelos patrões. Ainda revela que, contrariando o estigma

<sup>5</sup> - Eram pequenos comerciantes que usavam embarcações para entrar nos rios e igarapés vendendo mercadorias. Na Amazônia Acreana eles funcionavam como mercado paralelo ao barracão, pois vendiam e compravam a preços mais vantajosos para os seringueiros, que tentavam fugir dos preços abusivos dos barracões.

de que os índios são preguiçosos eles produziam muita borracha e faziam todos os serviços, como já comentado no depoimento anterior.

O trabalho espoliativo correspondia à estrutura dominante nos seringais, onde os indígenas eram extremamente explorados pelos patrões, assim como os seringueiros não índios, que eram estigmatizados e descredenciados pelo nome pejorativo de “caboclo”. É como analisa Edson Medeiros Ixã Kaxinawá e Isaías Sales Ibã Kaxinawá:

No tempo do cativo, o índio não vivia liberto. Era conhecido por caboclo e vivia cativo dos débitos no barracão de seu patrão. Custou muito sofrimento até a Funai chegar ao Acre e informar aos índios que eles tinham direito de ter suas terras indígenas demarcadas. Com muita luta e com a ajuda de várias entidades como a própria Funai, a Comissão Pró-Índio e o CIMI, os índios organizaram suas cooperativas, conquistaram suas terras e acabaram com o cativo dos patrões (KAXINAWÁ, 1999, p. 104).

Segundo a memória dos Kaxinawá a chegada da Funai representou o “fim” da tutela, pois, do ponto de vista dos marcos legais a Funai, foi a principal instituição indigenista a tratar dos direitos territoriais no Acre. Contudo, a leitura que os índios fazem da sua história está circunscrita apenas ao desdobramento da política indigenista em que a Funai é a principal mediadora, e o discurso governamental faz recair o direito à condição de bem-estar.

A prática do Estado de tutelar os indígenas por meio de instituições indigenistas retira dos índios a sua participação na história, colocando-os como meros receptores de direitos. A tutela do seringal na figura de delegados, catequistas de índios e seringalistas também se estende a ação de indigenistas. Assim não é possível pensar quase um século de regime de seringal sem que os índios, mesmo sem a perspectiva de direito, lutassem cotidianamente através de diferentes meios pelo direito de existir. Sem desmerecer a participação, apoio e liderança de instituições indigenistas junto às comunidades, o “fim” da tutela é um processo gradativo que não tem início e nem fim na exterioridade das relações de índios e não índios, mas a partir do interior das lutas e resistências desenvolvidas nas próprias comunidades.

Tem-se então um regime tutelar de longa duração, que escamoteado pelo discurso de “civilização” e “pacificação” coloca os indígenas na condição de dominados, tendo por finalidade o seu enquadramento nos códigos aceitáveis e dominantes. Sobre a tutela Oliveira reflete que “as populações autóctones que sobreviveram à conquista só podem ser concebidas pela elite dirigente por meio de um explícito mandato tutelar” (2016, p. 19). A tutela justificada quase sempre pela noção de incapacidade representa um dos regimes mais autoritários que pesou sobre os índios, principalmente por ser quase sempre silenciada e invisibilizada.

Mas se a modernidade e seu discurso eurocentrado propõem a criação de uma história única e homogênea, os indígenas e suas muitas resistências cotidianas apresentam meios alternativos não só de leitura da história, mas de construção.

## **2. Vencendo a Tutela**

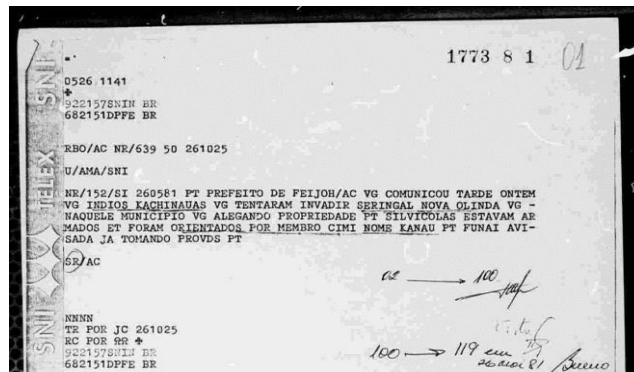
A resistência indígena não é um fenômeno contemporâneo, todavia, com a reabertura democrática do país os Huni Kuin começaram a vislumbrar novas perspectivas políticas como as organizações indígenas e as mobilizações pela retomada e conquista dos seus territórios. Suas ações incluem ocupação de seringal, autodemarcação, intimidação de seringalistas e poderes públicos. As lutas das populações indígenas nos mostram que apesar da colonialidade do ser, poder e saber (DUSSEL, 1997; QUIJANO, 2005) atravessar de forma brutal a sua história, os Huni Kuin emergiram sistematicamente na defesa de seu modo de vida.

Sublinhando as ações indígenas nos arquivos oficiais do estado selecionamos um telegrama pertencente ao Serviço Nacional de Informação (SNI) do ano de 1981 que informava aos agentes do governo sobre as “invasões” dos índios Kaxinawá, como são conhecidos os Huni Kuin ao Seringal Nova Olinda.

O SNI, departamento de vigilância, patrulhamento e controle da ditadura civil militar realizava um acompanhamento constante das ações indígenas. Não podemos esquecer que a grande tarefa confiada ao SNI era salvaguardar a soberania nacional, que para eles estava mais insegura nas fronteiras, e em regiões de “vazio” demográfico como a Amazônia. Pesava também sobre os índios o argumento de serem influenciáveis e mudarem de lado com facilidade, ou seja, naquele contexto não eram brasileiros suficientemente confiáveis.

A mensagem enviada ao Serviço Nacional de Informação (SNI) falava de tentativa de invasão alegando propriedade, e deixa evidente que os índios não estavam agindo sozinhos, sendo orientados por membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Por fim, destaca que a Funai já havia sido avisada e que estava tomando as providências cabíveis.





Fonte: Memórias Reveladas- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Esta imagem das populações indígenas como vulneráveis a manipulação de terceiros é um ponto chave para pensarmos a tutela como herança, prática e também como imaginário, pois, o que se verifica ainda em tempos atuais é como os povos indígenas são vistos como ineficientes e incapazes de liderar suas ações. Ademais, a Funai aparece como o órgão apaziguador e mediador que precisava ser acionado nos momentos em que o pacto do estado tornava-se instável.

No contraponto à ideia de inércia dos indígenas temos uma carta também do ano de 1981, em que os Huni Kuin escrevem ao então governador do estado do Acre Murilo Macedo, comunicando que não esperariam pela Funai, e exigindo que os não índios se retirassem de suas terras, sob o risco de serem expulsos. Segue, na íntegra a referida carta:

Seringal São Sebastião, 26 de maio de 1981.

Sr. Murilo Macedo

Governador do Estado do Acre.

Nóis índios Kaxinawá escreve esta carta pedindo a FUNAI prá vim demarcar nossa terra. Nóis espera a FUNAI até setembro, se ela não vim, nóis mesmo vamos fazer os pique. Nóis sabe que a nossa terra é delimitada.

Nóis está esperando mapa da nossa terra.

Nossa área de terra tem muito branco morando, tem seringalista e tem patrão.

Nóis tá avisando pessoal prá saí da nossa terra. Nóis precisa prá fazer roçado grande e fazer criação, porque na nossa terra não tem mais caça.

Nóis pede pra branco sair da nossa terra, dá um tempo, mas é prá ir pensando que deve saí, senão nóis bota prá fora.

Nóis espera FUNAI até setembro prá vim demarca nossa terra, se não vim, nóis índio mesmo e reúne e resolve nossa situação.

(Esta carta foi escrita e datilografada, observando ao máximo a originalidade das expressões e palavras usadas pelos índios e assinada por eles.)

José Barbosa da Silva

João Francisco Situba

Francisco Barbosa da Silva

Jerônimo Barbosa da Silva

Júlio Nube Barbosa

Rubim da Silva

Fonte: Memórias Reveladas- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

A carta chama atenção para dois pontos interessantes: o primeiro é que os índios sabiam sobre o processo de demarcação em curso, pois a área havia sido delimitada. Assim, se havia um processo que caminhava para o reconhecimento legal da T.I Kaxinawá, eles não entendiam o porquê da demora, por isso se dispuseram a fazer os marcos do seu território. O segundo ponto é sobre a compreensão do direito indígena como um processo exógeno, produzido por indigenistas, entidades religiosas ou nos meandros institucionais do estado. A atitude dos Huni Kuin diante da burocracia nos faz pensar como os indígenas pressionam as entidades indigenistas e o Estado na conquista de seus direitos.

Se fazendo representar por meio de uma carta ousada, os Huni Kuin também destacam suas razões como a falta de terras para realizar roçados, a necessidade de criação de animais tendo em vista a redução das caças, e a quantidade de brancos, seringalistas e patrões que ainda estavam em suas terras. Muito distante da visão de um povo acomodado que está sempre a espera de salvadores, os Huni Kuin conhecem suas necessidades e se empenham em suas lutas.

Paradoxalmente o despacho pedia para que se identificasse qual dos indigenistas da FUNAI estava incitando os índios a cometer tais atos. O SNI julgava que os Huni Kuin fossem incapazes de pensar por si próprios e realizar suas ações, pois já não eram considerados arredios, e sua catequização realizada por Felizardo Cerqueira, conhecido amansador de índios da região, tornou-se um grande exemplo para outros povos.

### **3. Considerações Finais**

Estando desde o início da colonização do Acre, a tutela correspondeu à forma como as elites dirigentes consentiram a presença indígena, pois, se em quase um século de massacres, despejos e interação com o mundo branco, os índios não desapareceram, foi indispensável criar formas de controle de suas ações.

Após serem recrutados como trabalhadores nos seringais, os indígenas sob a tutela do patrão precisavam realizar muitas formas de trabalho seja no corte, transporte e defumação da seringa ou na limpeza de estradas, agricultura, pesca e caça. Diante das hostilidades que enfrentavam, estar ao “lado” do patrão poderia significar a continuidade de suas vidas, afinal, como bem evidenciado pelos indígenas, um “bom patrão” asseguraria que não fossem mortos nas correrias.

Entretanto, mesmo tutelados e explorados pelos patrões, os Huni Kuin encontraram meios alternativos de romper a tutela, especialmente nas últimas três décadas do século XX, em que as lutas das populações da floresta no Acre se unificaram e se fortaleceram. Os anos que precederam a constituinte e que contou com a participação ativa dos chefes indígenas, representaram horizontes na conquista dos seus territórios.

Assim os indígenas ganharam impulso realizando auto demarcação de suas terras, ocupando seringais, expulsando os não índios, e se fazendo representar diante das autoridades da época. Ainda que as leituras que se faziam sobre eles em documentos do SNI colocasse-os como manipulados.

Deste modo, os Huni Kuin considerados “mansos”, “caboclos” e tratados como “incapazes” mostraram para seringalistas, indigenistas e governo que estavam dispostos a romper o estigma da tutela e que poderiam negociar e representar seus próprios interesses. Este ranço do colonialismo só foi legalmente destituído com a constituição de 1988 que estabeleceu o fim da tutela, que, diga-se de passagem, assim, como todo direito indígena não veio como benesse, mas como luta dos povos indígenas brasileiros.

## Referências

BALESTRIN, Luciana. América Latina e o giro descolonial. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DUSSEL, Henrique. *Oito Ensaios Sobre Cultura Latino Americana e Libertação: Cultura Imperial, Cultura ilustrada e libertação da Cultura Popular*. São Paulo, Paulinas. 1997.

IGLESIA, Marcelo Manuel Piedrafita. *Os Kaxinawás de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Brasília: Paralelo: 2010.

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná, et al. *Índios no Acre: História e organização*. 2ª ed. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina, Ediciones del signo, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER,

Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino